RECOMENDAÇÃO

01. Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar a prática de violação de direitos humanos na **Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**.

Sua instauração deu-se por força de representação, dando conta que as minorias, principalmente mulheres e homossexuais, vêm sendo submetidas a atos de exclusão e violência, física e moral, nas dependências da faculdade, fatos que não são devidamente apurados e coibidos pela Diretoria da Faculdade.

No decorrer do inquérito civil, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo instituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Ato 56/14 com a finalidade de *‘investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados trotes, festas e no seu cotidiano acadêmico’*.

Consta deste inquérito civil (prova testemunhal e documental) e do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (anexo aos autos), que a **Associação Cultural Show Medicina**, entidade responsável por uma tradicional atividade de entretenimento realizada anualmente no teatro da **Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**, também é uma entidade responsável pela prática de trotes violentos, castigos físicos, humilhações e discriminação de gênero.

Tradicionalmente, somente os homens podem participar da atividade (processo criativo e apresentação) reservando-se às mulheres a costura dos figurinos, em espaço segregado. Os homens não podem participar da costura e as mulheres estão impedidas de participar do evento.

Ficou apurado que para integrar o **Show Medicina** os interessados passam por um ritual composto de trotes violentos e humilhantes, com forte assédio moral, sexual, além de violência física e noitadas com prostitutas nas dependências da Universidade.

02. Diante do exposto e do quanto apurado, faz-se cabível a expedição da presente **recomendação**.

A recomendação é um dos instrumentos de que dispõe o Ministério Público no exercício das atribuições que a Constituição Federal lhe comete no inciso II do artigo 129. Diz o texto maior que *“são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes*

Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”.

Uma destas medidas é a recomendação, que “*é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social*” (artigo 5º do Ato Normativo CPJ nº 484/06).

Com efeito, dispõe o artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, que “*cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, (...). No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências, (...) emitir (...) recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no ‘caput’ deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito*”.

Também em terras paulistas a legislação traz igual previsão: dispõe o artigo 113, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 734/93, que “*encerrado o inquérito civil, o órgão de execução do Ministério Público poderá fazer recomendações aos órgãos ou entidades referidas no inciso VII, do artigo 103, desta lei complementar [poderes estaduais e municipais; órgãos da Administração Pública estadual ou municipal, direta ou indireta; concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal; entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou que executem serviço de relevância pública], ainda que para maior celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos, requisitando do*

destinatário sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta por escrito”.

No mesmo sentido está a normatização interna do Ministério Público: dispõe o artigo 15 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público: *“o Ministério Público, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”.*

Também no âmbito do Ministério Público paulista, reza o artigo 6º, inciso I, do já mencionado Ato Normativo CPJ nº 484/06, que *“no exercício das suas atribuições o membro do Ministério Público poderá expedir recomendações e relatórios anuais ou especiais para que sejam observados os direitos que lhe incumba defender ou para a adoção de medidas destinadas à prevenção ou controle de irregularidades”.*

A mesma normatização dispõe que *“o presidente do inquérito civil poderá recomendar aos órgãos ou entidades competentes a adoção de medidas destinadas à efetividade dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, bem como para que sejam tomadas, em prazo razoável, as providências legais, no âmbito de seu poder de polícia, a fim de assegurar o respeito a interesses sociais e individuais indisponíveis, tratados coletivamente”* (artigo 95).

03. No caso vertente, a recomendação se sustenta porque, apesar da evidente violação dos direitos humanos praticados pelos integrantes da **Associação Cultural Show Medicina**, estas Promotoras de Justiça tomaram conhecimento que foi celebrado o *‘Termo de Outorga de Autorização de Uso do Teatro e de Anfiteatros da FAMUSP que entre si celebram a Faculdade de Medicina da USP – FMUSP e a Associação Cultural Show Medicina’*, para o uso do espaço do Teatro e Anfiteatros para os ensaios e realização do 73º Show Medicina.

A permissão de uso foi concedida sem qualquer apuração dos fatos constatados no relatório da ALESP e sem a garantia da efetiva modificação da cultura de violência praticada pelo grupo, consistente na prática de violência física, moral e sexual, bem como na imposição da submissão e humilhação àqueles que pretendem integrar a associação. É certo, ainda, que a discriminação de gênero praticada pela Associação reforça a violência que vem sendo praticada contra a mulher nas dependências da faculdade.

04. Por tais motivos e baseado nos mencionados fundamentos legais, o **Ministério Público do Estado de São Paulo**, por meio da **Promotoria de Justiça de Direitos Humanos da Capital** e do **Grupo Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica**, **RECOMENDA** ao **Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Dr. José Otávio C. Auler Jr.:**

a) *que instaure sindicância administrativa para apurar os fatos apontados no Relatório da ALESP no tocante ao Show Medicina, tornando pública esta*

instauração e convocando os alunos interessados a depor, comunicando a conclusão da investigação a esta Promotoria de Justiça e as sanções eventualmente impostas aos investigados;

b) suspenda a autorização de uso concedida para a realização dos ensaios e do 73º Show Medicina (ano 2015) nas dependências da Faculdade de Medicina

*c) não autorize as novas edições do evento ou ceda o espaço da faculdade para as atividades relacionadas ao evento (espaço destinado à costura, ensaios, depósito de figurinos e cenários) até que a **Associação Cultural Show Medicina** adote as seguintes providências preliminares, sem prejuízo de outras:*

c.1) que o processo seletivo para integrar a associação cultural seja aberto a todos os alunos, em local público, abolindo-se a prática dos trotes e do ‘vestibular’, e os critérios de admissão e a finalidade da seleção sejam amplamente divulgados;

c.2) que a participação na elaboração do conteúdo do evento, a apresentação das atrações, as atividades da costura e outras deverão ser franqueadas a todos os integrantes da associação, independentemente do gênero;

c.3) que não permitam qualquer atividade caracterizada por violência, trotes humilhantes, assédio moral e/ou sexual.

Por outro lado, baseado no artigo 97 do Ato Normativo CPJ nº 484/06, solicita o Ministério Público que em 30 dias essa entidade

demonstre nos autos, por escrito, a adoção das providências destinadas a atender à recomendação e à sua divulgação.

São Paulo, 28 de agosto de 2015.

Beatriz Helena Budin Fonseca
2º Promotoria de Justiça de Direitos Humanos

Silvia Chakian de Toledo Santos
Coordenadora do GEVID